

Diálogos com a academia

programação em R para pesquisa científica

Ricardo Feliz Okamoto
(ABJ)

04/11/2021

Quem sou eu

Estudante de Direito na
Universidade de São Paulo (USP)

Ex-bolsista do Programa de
Educação Tutorial do MEC (PET -
Sociologia Jurídica)

Pesquisador na Associação Brasileira
de Jurimetria (ABJ)



Independência funcional e discrecionalidade burocrática do Ministério Público

Como que a independência funcional se converte em discrecionalidade para os membros do MP na prática?

Metodologia

O primeiro passo era identificar e descrever o fluxo de processamento de casos do Ministério Público. Isso significa: quando o MP recebe uma demanda, como ele reage a isso?

Feito isso, eu identifiquei gargalos nesse procedimento em que os promotores tinham certa discricionariedade no caso, em que eles podiam escolher para que lado o processo ia seguir.

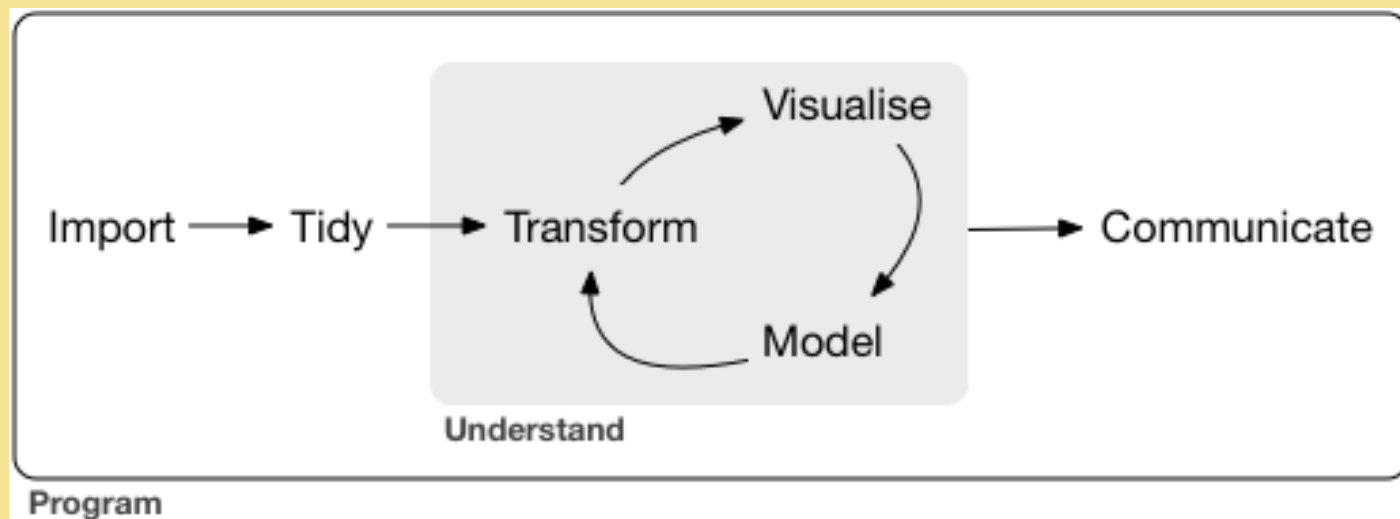
Identificados os gargalos, coletei dados para avaliar a forma como a discricionariedade era exercida.

A questão não era tanto se os promotores eram discricionários ou não, mas era *qual é a forma dessa discricionariedade?*. Com isso eu queria avaliar se a discricionariedade significa que os promotores escolhiam *no que e quando* agir; ou se era uma discricionariedade simplesmente de *como* agir.

E onde o R entra nisso?

A forma como eu estudei isso foi através de uma metodologia quantitativa, realizando testes de hipóteses para avaliar minhas hipóteses

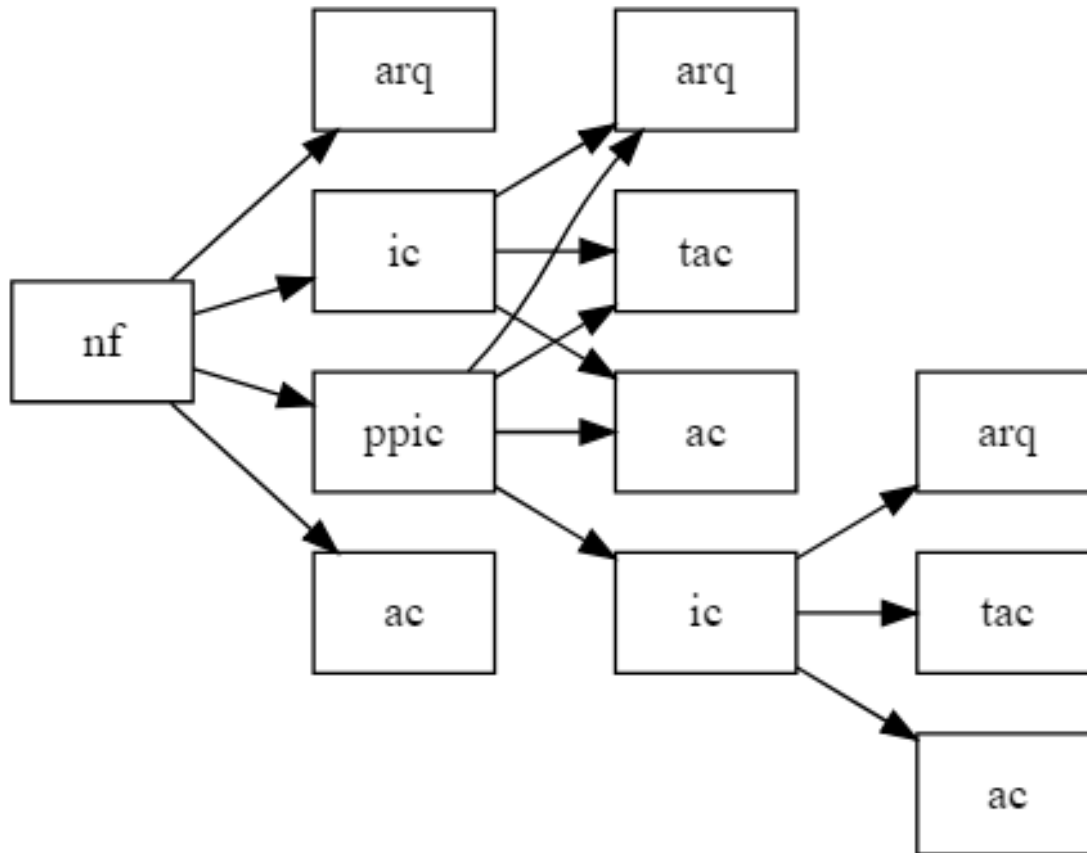
O ciclo da Ciência de Dados



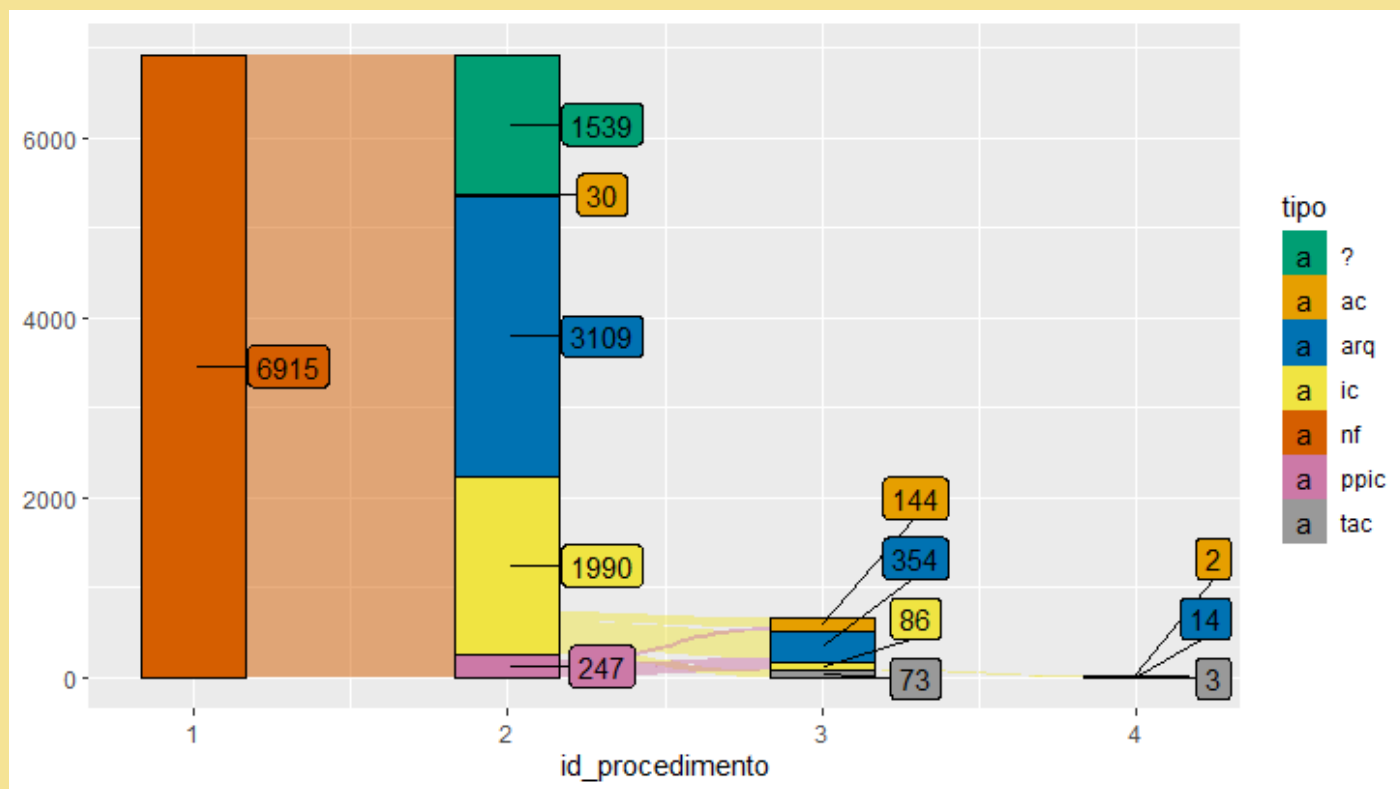
Como eu me situei nesse ciclo?

- Importação, limpeza e tratamento dos dados
- Testes de hipótese
- Visualização

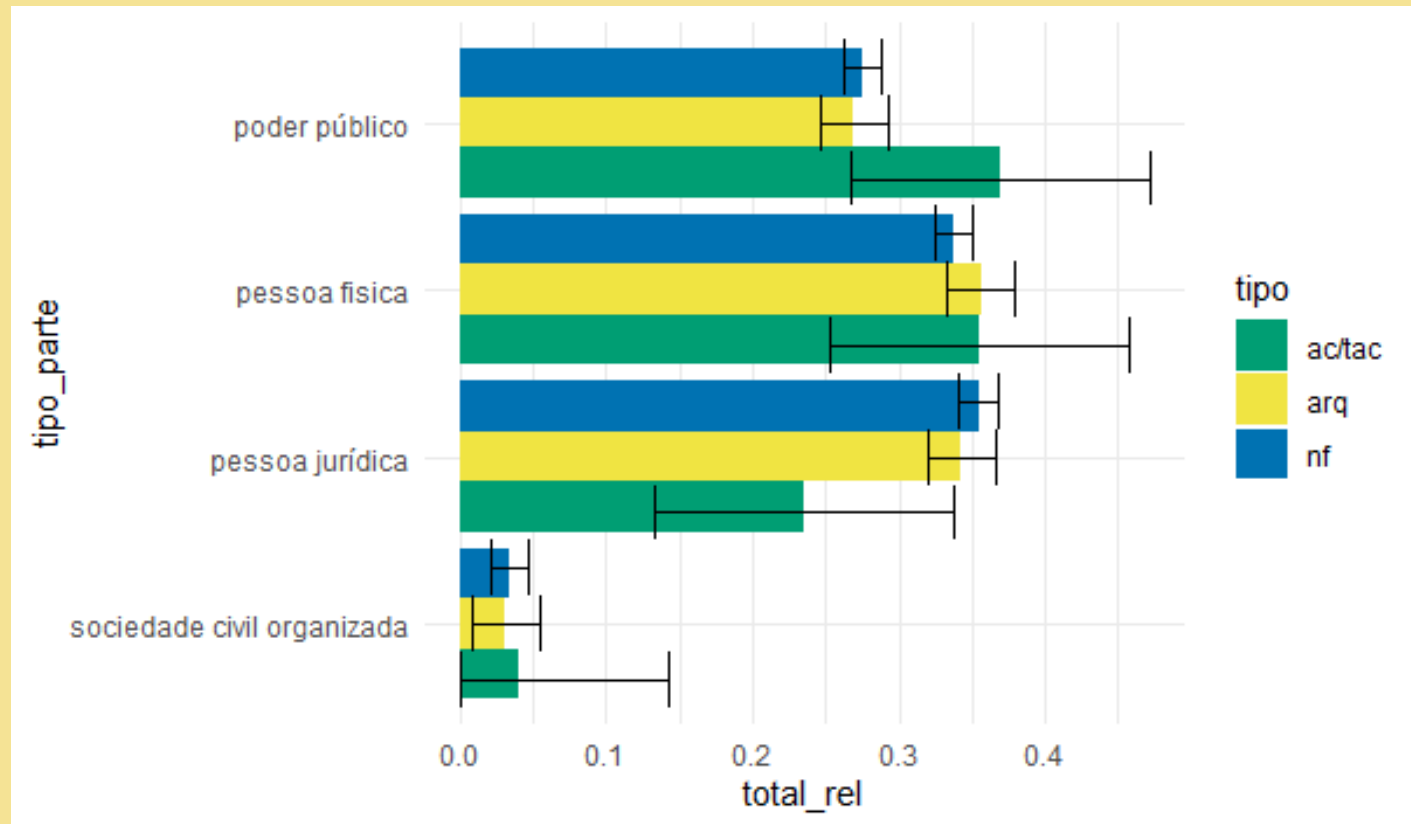
Visualização: Elaboração de diagramas!



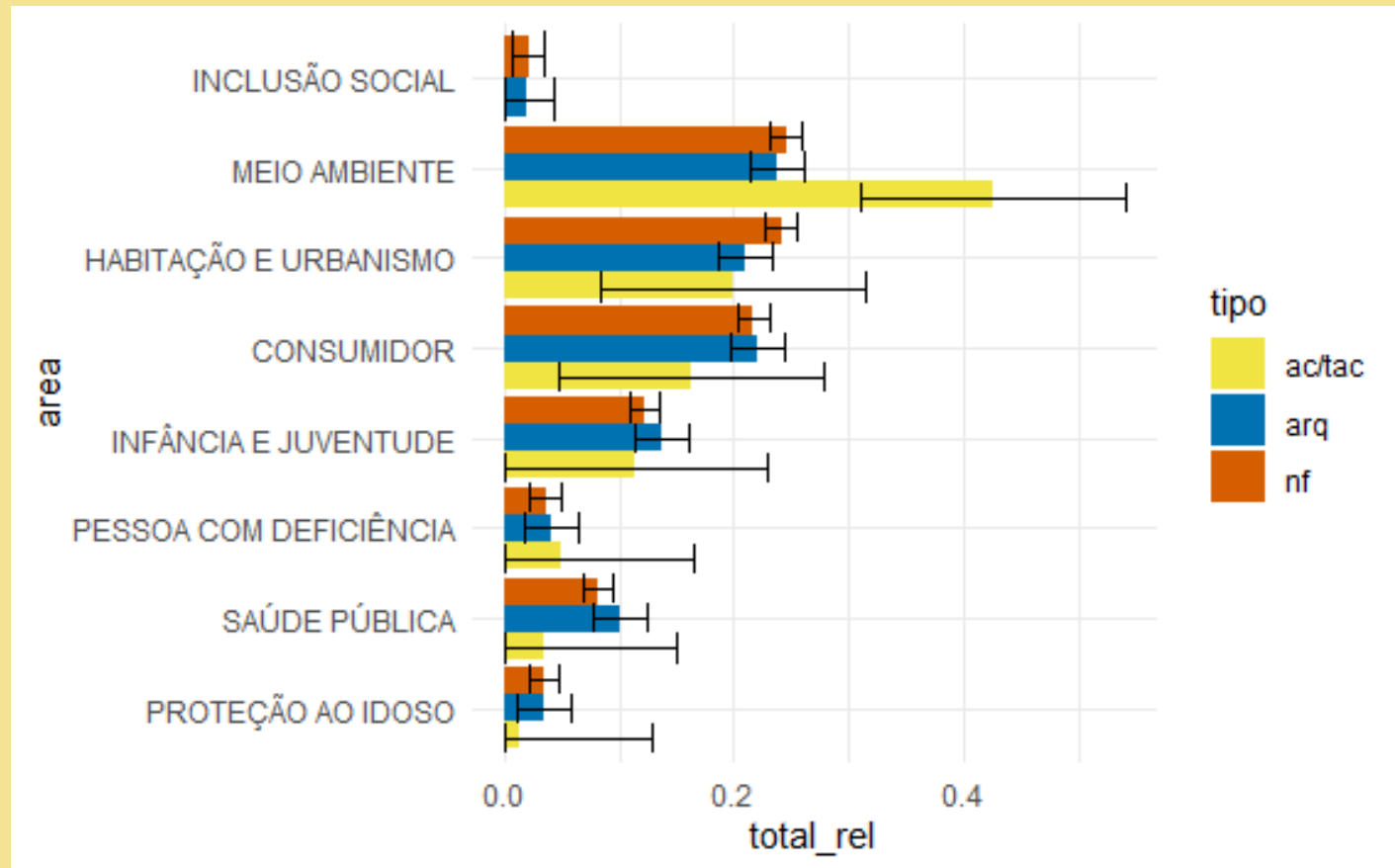
Visualização: Gráficos de fluxos (sankey plot)



Modelagem e visualização: Visualizando testes de hipótese



Modelagem e visualização: Visualizando testes de hipótese



FIM

